

Entrevista sobre regras de reconhecimento e de realização no contexto regulador

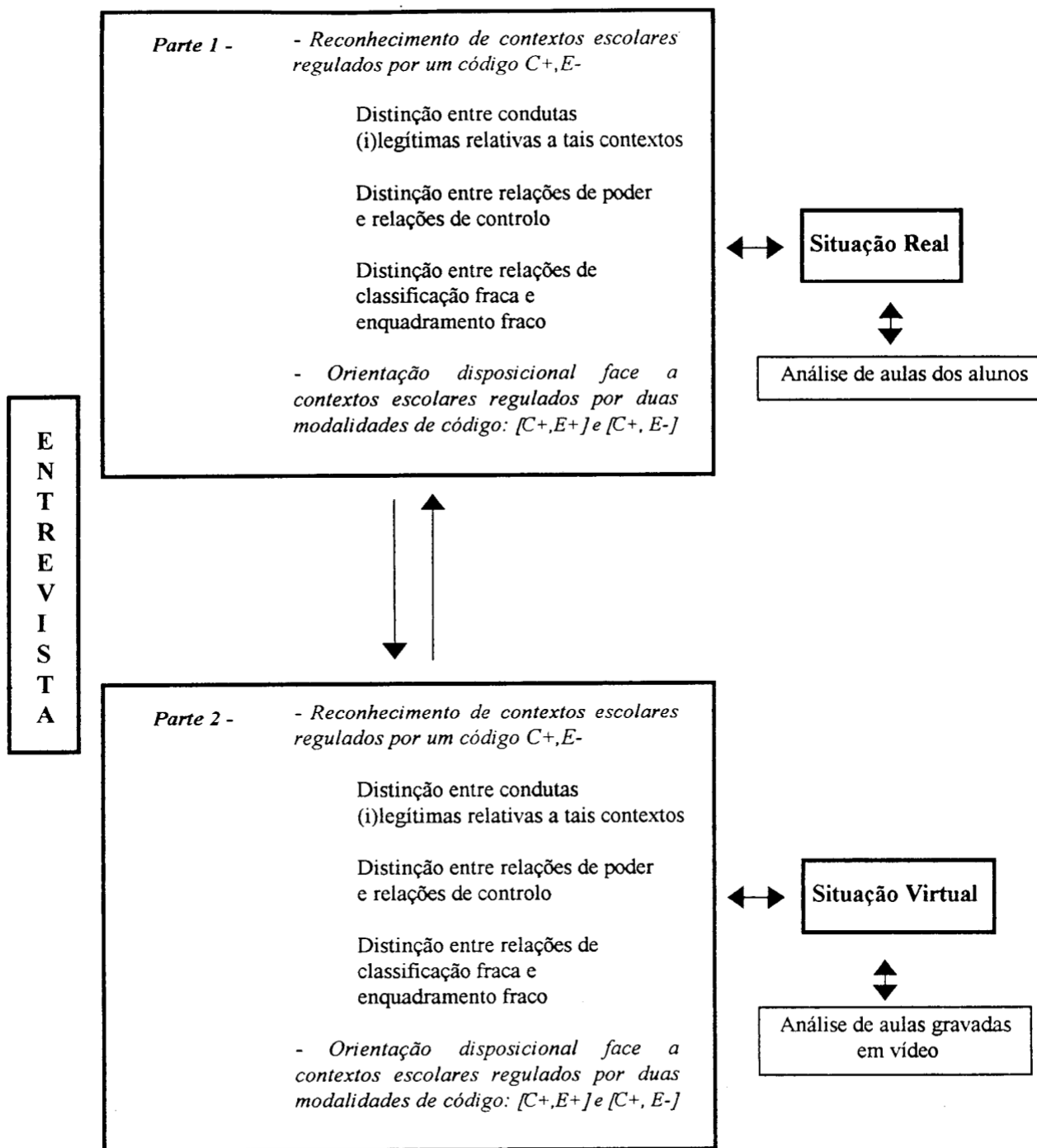


Figura 3 - Organização global da entrevista

1ª Parte

A entrevista é iniciada através de conversa informal acerca da turma em que as crianças da amostra estão inseridas - *situação real*. O tópico é perfeitamente natural, dados os problemas de conduta em que a turma está permanentemente envolvida.

QUESTÃO 1 - "O que é que achas acerca da tua turma?/O que achas acerca do comportamento da tua turma"

Texto legítimo: As respostas podem ser bastante variadas; contudo, o aspecto mais relevante em termos de reconhecimento do contexto tem a ver com a *identificação* do comportamento dos colegas como sendo "mal comportados" - *condutas escolares ilegítimas* (que, por conseguinte, não devem ser pertença do contexto em análise).

Objectivos: Esta questão introdutória, propositadamente muito aberta e geral, pedindo a opinião dos alunos acerca da turma, permite-nos avaliar o que, de entre a multiplicidade de elementos que integram os diversos contextos pedagógicos da turma, mais sensibiliza cada uma das cinco crianças. Assim sendo, poder avaliar-se até que ponto os alunos *têm regras de reconhecimento para contextos escolares* no que se refere às *respectivas condutas* que os integram. *Ou seja, após termos presente na situação da entrevista, os contextos em análise (contextos escolares), o que estamos a questionar a estas crianças é se tais condutas (dos alunos) são ou não, elementos de pertença de tais contextos.*

QUESTÃO 2 - (a)"E são igualmente mal comportados em todas as disciplinas, ou são piores (no que se refere ao comportamento) numas disciplinas do que noutras? E se assim é, em quais? (b) E por que razão tal acontece? e/ou Por que razão dizes isso?"

Texto legítimo: (a) Identificação de *condutas (i)legítimas* em todas as disciplinas (ou seja, que condutas *pertencem* àqueles contextos), embora possam identificar algumas pequenas diferenças quanto ao grau de (i)legitimidade; (b) as respostas podem ser variadas mas as crianças devem mostrar que *assumem, pelo menos em parte, a responsabilidade das suas condutas.*

Objectivos: (a) Avaliar em que medida os alunos reconhecem as *condutas (i)legítimas* em diferentes contextos pedagógicos. (b) Num estudo desta natureza - de carácter compreensivo - consideramos fundamental investigar as razões que levam os entrevistados a emitirem certos pareceres, opiniões ou representações; nomeadamente no caso em estudo, interessava-nos avaliar em que medida as crianças da amostra relacionavam (ou não) diversas condutas com relações diferenciais de enquadramento entre agentes professor-aluno no que se refere às respectivas regras hierárquicas; ou seja, por outras palavras, pretendíamos saber se alguma das crianças apresentaria como possível(eis) razão(ões) para as condutas (i)legítimas dos alunos, específicas modalidades de controlo, nomeadamente associando condutas ilegítimas a modalidades de controlo reguladas por relações fracas de enquadramento nas regras hierárquicas professor-aluno. Assim sendo, *tal como no item anterior, procurámos investigar, estendendo explicitamente a todos os contextos disciplinares, em que medida as crianças da amostra incluíam ou não como elementos constitutivos de tais contextos, as condutas referidas.*

QUESTÃO 3 -(a)"E as professoras da disciplina X_m e da disciplina X_n procedem da mesma maneira face ao mau comportamento dos alunos? (b) E achas que a professora de X_m procede assim porque ela quer, ou porque não consegue fazer de outra maneira pelo facto de os alunos não deixarem? (c) Se a professora da disciplina X_m quisesse fazer como faz a professora de X_n , achas que conseguia?

As disciplinas X_m e X_n são seleccionadas de entre as que, em cada caso, forem referidas pelos alunos na resposta da anterior questão, seleccionando nós uma destas disciplinas correspondente a um código com relações fracas de enquadramento no que se refere às interações professor-aluno (em particular em relação às regras hierárquicas) e sendo a outra disciplina correspondente a um código com relações fortes de enquadramento relativas aos mesmos agentes e às mesmas regras. Prevemos que as disciplinas mais referidas sejam a disciplina X_1 para relações com valores fracos de enquadramento e a disciplina X_4 para relações com valores fortes do mesmo operador (Parte 1 do estudo, em particular o Capítulo 5)

Interpretação; Em termos conceptuais, a questão (b) corresponde a indagar aos entrevistados se o poder neste caso (situação regulada por valores fracos de enquadramento), está centrado na professora (C^+) ou nos alunos (C^-). No caso de as crianças da amostra responderem afirmativamente à primeira parte da questão (a professora procede assim porque quer), é porque (i) distinguem entre relações de poder e relações de controlo e (ii) identificam as relações de poder como sendo reguladas por valores fortes de classificação, podendo tais relações estar associadas a relações fracas de enquadramento. Caso contrário, tal resposta significa que, ou as crianças da amostra não distinguem entre relações de poder e relações de controlo ou não identificam a existência de independência entre tais conceitos (ou seja, consideram que as relações de enquadramento fraco estão necessariamente associadas a relações de classificação fraca e as relações de enquadramento forte estão necessariamente associadas a relações de classificação forte). A questão (c) constitui um reforço da anterior, embora com aspecto formal diferente. De facto equivale a indagar se duas professoras que apresentam nas aulas diferentes relações de enquadramento (E^+ e E^- respectivamente), detêm ou não o mesmo nível de poder (C^+ para ambos os casos).

Texto legítimo: O procedimento diferencial em ambos os contextos depende da *decisão* (poder) de cada uma das professoras, face à modalidade de controlo que *pretendem seleccionar*: modalidade de controlo regulada por valores fracos de enquadramento ou modalidade de controlo regulada por valores fortes de enquadramento; em qualquer dos casos, o nível de classificação professor-aluno é sempre forte (C^+).

Objectivos: (a) Avaliar em que medida os alunos distinguem entre contextos regulados por diferentes relações de enquadramento professor-aluno (em especial no que se refere às regras

hierárquicas) referentes (i) a valores fracos de enquadramento e (ii) a valores fortes de enquadramento; (b) e (c) avaliar em que medida os alunos adquiriram regras de reconhecimento para diferenciar entre contextos regulados por (i) valores fracos de classificação professor-aluno (em que o poder está centrado nos alunos) e (ii) relações entre os mesmos agentes e relativas às mesmas regras, reguladas por valores fracos de enquadramento mas valores fortes de classificação (em que apenas o controlo está centrado nos alunos, por decisão do professor, que, assim sendo, continua a deter o poder). Por outras palavras, pretendemos avaliar em que medida estas crianças não confundem contextos regulados por valores fracos de classificação professor-aluno com contextos regulados simultaneamente por valores fortes de classificação e valores fracos de enquadramento entre os mesmos agentes, no que se refere às respectivas regras hierárquicas. Assim sendo, em (b) pedimos às crianças que indiquem, entre duas alternativas que lhes são colocadas, qual o foco legítimo do poder numa situação $[C^+, E^-]$: a professora ou os alunos; *ou seja, uma vez mais apenas é pedido às crianças que indiquem qual o elemento constitutivo pertencente a um específico contexto (neste caso o elemento é C^+ , e o contexto é C^+, E^-);* em (c) é pedido às crianças que refiram, em relação a duas situações pedagógicas diferentes (em termos de controlo) que lhes são apresentadas, se as respectivas relações de classificação professor-alunos apresentam o mesmo valor ou valores diferentes; *tal corresponde, uma vez mais, apenas a indicarem se determinado elemento constitutivo (C^+ , neste caso) pertence ou não a um determinado contexto - $[C^+, E^-]$.*

QUESTÃO 4 - E qual das duas aulas preferes/gostas mais? E porquê?

Objectivo: Conhecer a orientação disposicional dos alunos face a dois contextos pedagógicos extremados em termos de modalidade de controlo - $[C^+, E^-]$ e $[C^+, E^+]$ - por eles próprios vivenciados e as respectivas razões subjacentes.

2ª Parte

A 2ª parte da entrevista desenvolvida sensivelmente *em paralelo* com a 1ª parte, será concretizada, como já referimos, a partir da análise de um vídeo - *situação virtual*.

QUESTÃO 5 - O que pensas acerca do que acabaste de ver? / O que achas acerca destas duas aulas? / Em que diferem?

Esperamos que, de entre a grande diversidade de respostas que possam surgir, as crianças aludam às condutas dos alunos das duas turmas no que se refere ao respectivo grau de legitimidade em cada um dos dois contextos. Se tal não acontecer, colocaremos nós a questão directamente - "E

qual é a tua opinião acerca do comportamento destes alunos em cada uma das turmas? E por que é que dizes isso? "

Texto legítimo: Identificação das condutas dos alunos como sendo condutas igualmente legítimas para ambos os contextos pedagógicos, ainda que completamente diferentes.

Objectivos: Esta questão introdutória à segunda parte da entrevista e como tal, propositadamente muito aberta, permite-nos obter dados acerca da leitura e interpretação que cada criança faz do que observou.

A partir das respostas dos alunos a esta questão propositadamente muito aberta e geral, poder-se-á avaliar até que ponto estas crianças têm regras de reconhecimento para diferentes modalidades de contextos escolares, distinguindo entre condutas escolares legítimas e ilegítimas, condutas estas diferencialmente associadas ao respectivo modelo de prática pedagógica (correspondente a valores de enquadramento fraco na relação professora-alunos num caso, e a valores de enquadramento forte no outro); por outras palavras, pretendíamos avaliar até que ponto as crianças eram capazes de se aperceber que determinadas condutas sendo legítimas num determinado contexto, podem não o ser em outro contexto pedagógico. Fazemos notar, conforme já referido, ser perfeitamente visível no vídeo que a professora da prática P1 não repreendia os alunos pelo facto de estes andarem levantados ou conversarem entre si; por vezes chamava-lhes a atenção através de um processo de interacção pessoal. *Trata-se, uma vez mais, de indicar, relativamente a elementos constitutivos e contextos apresentados às crianças, qual(is) o(s) respectivo(s) elemento(s) de pertença.*

QUESTÃO 6 - Achas que os alunos da primeira turma (P1) procedem daquela maneira porque a professora quer, ou porque não consegue que eles trabalhem de outro modo? Se a primeira professora (P1) quisesse fazer como faz a segunda professora (P2) achas que conseguia?

Interpretação: A questão (a) tal como está formulada, corresponde, em termos conceptuais, a indagar se o poder está centrado na professora (C^+) ou nos alunos (C^-). A segunda questão (b) constitui um reforço da primeira e corresponde, em termos conceptuais, a perguntar se os alunos distinguem entre poder e controlo. De facto, se as crianças responderem afirmativamente, mostram ter compreendido que o poder da professora se mantém inalterado (C^+) qualquer que seja a modalidade de controlo que ela decida utilizar - E^+ (enquadramento forte) ou E^- (enquadramento fraco). Caso respondam negativamente, podemos admitir que, muito provavelmente, confundem classificação fraca em que o poder está centrado nos alunos) com enquadramento fraco (em que o controlo está centrado nos alunos).

Texto legítimo: Dado que *institucionalmente* são sempre os professores que detêm o poder, tudo quanto se passa na sala de aula depende, em última instância, da *decisão* (poder) do professor; neste sentido, a professora da primeira prática procede daquela maneira - *controlo pessoal* (enquadramento fraco - E^-) - porque assim o *decidiu* (C^+ , classificação forte) e, de igual modo, *se assim o entendesse*, alteraria a modalidade de controlo para valores de enquadramento forte (E^+).

Objectivos: Avaliar em que medida os alunos adquiriram regras de reconhecimento para diferenciar entre (i) contextos cujas relações entre os agentes professor-aluno são reguladas por *valores fracos de classificação* (em que o *poder está centrado nos alunos*) e (ii) contextos cujas relações entre os mesmos agentes são reguladas por *valores fracos de enquadramento e, simultaneamente, valores fortes de classificação* em que o *controlo está centrado nos alunos por decisão do professor* (que, assim sendo, continua a deter o poder). *Trata-se, uma vez mais, de indicar, relativamente a determinados elementos constitutivos e contextos apresentados às crianças, qual(is) o(s) respectivo(s) elemento(s) de pertença* (C^+ , no presente caso). Efectivamente o que estamos a pedir a estas crianças é que *indiquem* se, dentro de um cenário pedagógico em que o que é aparente são as relações fracas de enquadramento, o *poder continua (ou não), centrado no professor*.

Questão 7 - Quais os professores que têm "mais força"/são "mais fortes"/têm maior poder junto dos alunos quando estes se portam mal: os que mandam logo para a rua, ou os que têm paciência não mandam os alunos para a rua e conversam com os alunos fazendo-lhes ver que estão a proceder mal? Ou têm ambos o mesmo poder/a mesma força?

Interpretação: Em termos conceptuais, a questão corresponde a indagar se as relações professor-aluno reguladas (a) por valores fortes de enquadramento (E^+) ou (b) por relações fracas de enquadramento (E^-) nas relações hierárquicas, implicam necessariamente a ocorrência simultânea de relações de classificação com o mesmo sentido e intensidade entre os mesmos agentes. Por outras palavras, com esta questão pretendemos averiguar se os alunos consideram que os professores que detêm o controlo (E^+), detêm maior poder junto dos alunos (classificação mais forte) do que os professores que permitem (C^+) que os alunos detenham o controlo (E^-). Se as crianças da amostra considerarem como resposta válida deterem maior poder os professores "que mandam logo para a rua" (relações de enquadramento E^+), tal significa que ou (i) não distinguem entre poder e controlo, ou (ii) consideram que as relações de enquadramento forte estão necessariamente associadas a relações de classificação forte e que as relações de enquadramento fraco estão necessariamente associadas a relações de classificação fraca.

Texto legítimo: O nível de poder (institucional) é idêntico em ambos os casos; o que varia é a modalidade de controlo.

Objectivo: Avaliar em que medida as crianças da amostra reconhecem a existência de independência entre relações de controlo e relações de poder; nomeadamente, em que medida reconhecem que as relações de enquadramento fraco não andam obrigatoriamente associadas a relações de classificação fraca; por outras palavras, pretende-se avaliar em que medida *reconhecem* que os professores podem *actuar* de maneiras diferentes - valores de enquadramento mais fortes ou mais fracos (controlo), mantendo o mesmo nível de classificação (poder), ou seja, *em que medida reconhecem independência entre relações de poder e de controlo e que para um mesmo nível de poder existem diversas modalidades de controlo*. Em termos empíricos, uma vez mais, são apresentadas às crianças duas situações alternativas – $[C^+, E^-]$ e $[C^+, E^+]$ - relativamente às quais estas crianças *apenas* têm de *indicar quais os elementos constitutivo de pertença* – C^+ - no presente caso.

QUESTÃO 8: Quando os professores pretendem/querem que os alunos procedam/façam de uma determinada maneira e os alunos desobedecem procedendo/fazendo de outra maneira e os professores não castigam esses alunos, quem é que achas que vence/quem tem mais força/maior poder: os professores ou os alunos?

Interpretação: Em termos conceptuais, a questão equivale a indagar se, em situações cujas interacções hierárquicas professor-aluno são reguladas por valores de enquadramento fraco (ou seja, em que o controlo está focado nos alunos - E^-), tal corresponde simultânea e necessariamente à existência de valores fracos de classificação entre os mesmo agentes, no que se refere às mesmas regras. Se as crianças indicarem o professor como sendo o agente com maior poder, tal significa que distinguem entre relações de poder e relações de controlo como elementos constitutivos independentes e (b) identificam as relações de poder reguladas por valores fortes de classificação como sendo as relações legítimas. No caso de as crianças considerarem que são os alunos os agentes que detêm maior poder, tal significa que as crianças da amostra (i) ou não distinguem entre relações C^- e relações E^- (ou seja, entre relações de poder reguladas por valores fracos de classificação e relações de controlo reguladas por valores fracos de enquadramento) ou (ii) consideram que as relações de classificação fraca e as relações de enquadramento fraco, andam necessária e obrigatoriamente associadas.

Texto legítimo: Em termos institucionais, o poder é sempre assimétrico, estando a vantagem sempre do lado do professor. Efectivamente em contextos com modalidade de controlo correspondente a valores fracos de enquadramento como é o caso apresentado, o professor não deixa de ter objectivos que pretende atingir através de apelos pessoais, apelos estes a que os alunos por vezes não correspondem, sem que tal seja motivo de castigo; contudo, esta conduta assumida pelo professor não pode ser interpretada como um *signal de inversão nas relações de poder* (interacção professor-aluno) dado o facto de "fazerem aquilo que querem" e "não o que o professor pretende que façam".

Objectivos: Reconhecimento da assimetria do poder no contexto escolar - maior poder institucional por parte dos professores, ainda que o controlo possa ser regulado por valores fracos de enquadramento. Por outras palavras, pretende-se com este item avaliar em que medida estas crianças reconhecem que os contextos escolares - quaisquer que eles sejam em termos de controlo (incluindo, portanto, os contextos regulados por relações de controlo pessoal correspondentes a valores de enquadramento fraco nas relações hierárquicas professor-aluno) - se caracterizam pela existência de uma acentuada assimetria de poder entre os mesmos agentes (professores e alunos). *Em termos empíricos, uma vez mais, é apresentada uma alternativa às crianças – C^+ ou C^- -, relativamente à qual estas apenas têm de indicar qual a situação legítima a que corresponde o elemento constitutivo adequado – C^+ neste caso – que é pertença do contexto que lhes é apresentado (C^+, E^-).*

QUESTÃO 9: De qual das duas maneiras de ensinar gostas mais? Se pudesses escolher entre as duas turmas, qual escolherias?

Objectivo: Avaliar a orientação disposicional dos alunos face a dois contextos pedagógicos muito diferentes: um regulado por valores fracos de enquadramento e outro regulado por valores fortes de enquadramento no que se refere às interacções professor(a)-alunos, nomeadamente em relação às regras hierárquicas.